



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Licenciatura
2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direitos Fundamentais

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

David Duarte

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

-

6. Conteúdos programáticos:

0: Introdução

1: Noções básicas da teoria da norma

1.1 : Enunciados normativos e normas

1.2 : Estrutura da norma: elementos materiais

1.3 : Estrutura da norma: elementos subjectivos

1.4 : Análise da linguagem e conteúdo das normas

1.5 : Classificações de normas

1.5.1 : Normas de primeira ordem (primárias e secundárias) e normas de segunda ordem

1.5.2 : Normas regras e normas princípios

2: Normas de direitos fundamentais

2.1 : Propriedades constitutivas da categoria (concepção formal)

2.1.1 : Inoperatividade das concepções materiais

2.2 : Organização das normas de direitos fundamentais nas classificações de normas

2.2.1 : Normas de primeira ordem: primárias e secundárias; normas de segunda ordem

2.2.2 : Normas regras e normas princípios

3: Normas de direitos fundamentais de primeira ordem primárias



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.1: Direitos fundamentais e acção

3.2: Direitos fundamentais e agentes

3.2 : Direitos fundamentais e posições jurídicas

3.2.1 : Teoria das posições jurídicas

3.2.2 : Posições jurídicas: análise da dicotomia entre direitos de liberdade e direitos sociais 4: Normas direitos fundamentais de primeira ordem secundárias

4.1 : Propriedades constitutivas da categoria

4.2 : Normas de definição de âmbito

4.3 : Normas de promoção

4.4 : Normas de regulação

4.5 : Normas suspensivas

4.6 : Normas sancionatórias

5: Conflitos de normas de direitos fundamentais

5.1 : Requisitos dos conflitos normativos

5.2 : Conflitos normativos e derrotabilidade

5.3 : Conflitos resolúveis por normas de conflitos

5.4 : Restantes conflitos normativos

6: Ponderação de normas de direitos fundamentais

6.1 : A ponderação

6.1.1 : Requisitos

6.1.2 : Cenários de ponderação

6.1.3 : Conteúdo da operação de ponderação

6.2 : As fórmulas do peso

6.2.1 : A fórmula Alexyana

6.2.2 : A fórmula positivista do peso

6.3 : A norma da ponderação

7: Restrições a normas de direitos fundamentais

7.1 : A restrição como categoria geral

7.2 : Restrição e outras interferências

7.3 : Tipos de restrição: categorias e consequências



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7.4: Restrição e derrotabilidade

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

-

8. Metodologias de ensino:

-

9. Avaliação:

-

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

-

11. Bibliografia principal:

Alchourrón, Carlos / Bulygin, Eugenio

- 1991. Permisos y Normas Permisivas. Análisis Lógico y Derecho. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 215-238. Alexy, Robert
- 2003. On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison. Ratio Juris. 16. 433- 449.
- 2003. Constitutional Rights, Balancing, and Rationality. Ratio Juris. 16. 131-140.
- 2002. Theory of Constitutional Rights. Oxford: Oxford University Press. Borowski, Martin
- 2011. Derechos de Defensa como Principios de Derecho Fundamental. La Teoria Principialista de los Derechos Fundamentales. Edición de Jan Sieckmann. Madrid: Marcial Pons. 93-118.
- 2000. La Restricción a los Derechos Fundamentales. Revista Española de Derecho Constitucional. 20. 29-56. Brożek, Bartosz
- 2004. Defeasibility of Legal Reasoning. Krakow: Zakamycze. Canotilho, José Joaquim Gomes / Moreira, Vital
- 2007. Constituição da República Portuguesa Anotada. 4ª edição. I, Coimbra: Coimbra Editora. Clérico, Laura
- 2009. El Examen de Proporcionalidad en el Derecho Constitucional. Buenos Aires: Eudeba. Duarte, David
- 2021. From Constitutional Discretion to the Positivist Weight Formula. Proportionality, Balancing, and Rights: Robert Alexy's Theory of Constitutional Rights. Edited by Jan Sieckmann. Cham: Springer. 21-73.

Lopes, Pedro Moniz

- 2017. The Syntax of Principles: Genericity as a Logical Distinction Between Rules and Principles. Ratio Juris. 30. 4. 471-490. Martinez Zorrilla, David
- 2011. The Structure of Conflicts of Fundamental Legal Rights. Law and Philosophy. 30. 729-749.

Miranda, Jorge / Medeiros, Rui

- 2005. Constituição Portuguesa Anotada. I. Coimbra: Coimbra Editora. Moreso, Juan Jose
- 2007. Alexy y la Aritmética de la Ponderación. Derechos Sociales y Ponderación. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo. 223-248. Pino, Giorgio
- 2010. Diritti e Interpretazione. Bologna: Il Mulino. Rivers, Julian
- 2012. Constitutional Rights and Statutory Limitations. Institutionalized Reason. The Jurisprudence of Robert Alexy. Edited by Matthias Klatt. Oxford: Oxford University Press. 248-273.

Silva, Vírgilio Afonso da



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2011. Comparing the Incommensurable: Constitutional Principles, Balancing and Rational Decision. Oxford Journal of Legal Studies. 31. 273-301.	
--	--

12. Observações:

-
